

O que é a loucura senão um país diferente? Interfaces arqueológicas entre Nuno Félix da Costa e Michel Foucault

What is madness if not a different country? Archaeological interfaces between Nuno Félix de Costa and Michel Foucault

Daniel de Oliveira Gomes*

Resumo

Analiso a poesia de Nuno Félix da Costa, também professor e psiquiatra em Portugal. Ele é autor, dentre outras obras, de *O desfazer das coisas e as coisas já desfeitas* (2015). Busco, em sua poesia, o tema específico da loucura em sua relação com questões filosóficas da linguagem. É assim que sou levado a Foucault, canônico filósofo, autor de *As Palavras e as Coisas* (1966). Acredito que o poeta em questão nos envia à questão pré-clássica do signo e a uma similitude com a fragmentaridade arqueológica da metodologia do trabalho de Foucault. Se o francês propunha um novo fazer do pensamento ante as coisas, a loucura e o poder, onde a arte ocupou uma nítida potência no plano metodológico, Nuno da Costa, em poesia, propõe que é ela o próprio desfazimento das coisas, e, assim, desfazimento de poder e de loucura.

Palavras-chave

Nuno Félix da Costa. Foucault. Poesia contemporânea. Espaço. Poder.

Abstract

In this study, the poetry of Nuno Félix da Costa is analyzed. He is professor and psychiatrist. He is the author of "*O Desfazer das Coisas e as Coisas já Desfeitas*" (2015). We will look in your poetry for the specific theme of madness. More Specifically with regard to the philosophical questions of language. This is how we work theoretically with the famous author Michel Foucault, author of *Les Mots et Les Choses* (1966) for example. The poet sends us to the pre-classical question of the sign and to a similarity with the archaeological fragmentation of Foucault's work. If the French author proposed a different thought before things, as well as madness and power, where art occupied a clear methodological power, in turn, Nuno Félix da Costa proposes that poetry is the deconstruction of things, also of power and madness.

Keywords

Nuno Félix da Costa. Foucault. Contemporary poetry. Space. Power.

* Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Atualmente realiza pesquisa de pós-doutorado na *Université Paris Nanterre*.

Poesia excepcional. Loucura e normalização

Interessante que o poeta Nuno Félix da Costa é psiquiatra e professor na Faculdade de Medicina de Lisboa, mas, ao falar de loucura e normalização, sua obra aproxima-se mais de um discurso hermético da filosofia da linguagem, do que de um discurso potencialmente clínico.

sobre a loucura e a normalização

Quando uma onda rebenta e dizemos 'é mais uma'
não atribuímos ao inumerável a opulência das vulgaridades no romance
de alguém que não existiu como nós – Rasgar uma página não é como a onda
sem a qual o mar regressaria à quietude de um cadáver – As nuvens porque
são inumeráveis e desaparecem e o sol que é o único enredam-nos na timidez
escura das partículas da poeira – é quando percebemos algo do que se passa
Não pela redução da escala mas multiplicaram-se as hipóteses que poderíamos
seguir rebentando nas ondas – continuando noutra coisa substancial
e rindo sobre os grãos da areia no lugar de imitarmos personagens cujo
demorado acontecer nos maça – Os inomináveis aspectos do mar
hipnotizam e nesse transe julgamos retornar com a identidade reforçada
de generais cantores de opera ou democratas imiscíveis nas vagas da
multidão que assola o mundo – amores satisfeitos e
missões difíceis com desenlaces únicos
(COSTA, 2015, p.76)

Um livro de poesia como um mar que regressa... Cada poema uma onda, uma vaga (sem começo nem fim). Como contar uma onda, quando começou uma onda? Ao dizermos “é mais uma”, excluimos de imediato o inumerável, o inclassificável, o incontável, o incalculável. Tudo está desenlaçado numa desordem vital impossível de ser normalizada, ou ganhar ordem de cálculo pela linguagem classificadora. Não é possível o relato, contar o que não é contável, contabilizável. Assim, parece-me que, para Nuno da Costa, o inumerável, como consta em outros poemas de *O desfazer das coisas e as coisas já desfeitas* (2015), mantém elo com uma genuína vida poética. Noto que Nuno da Costa cria suspensões um tanto entre as palavras e as coisas, para aludir a Michel Foucault.

Seria bom acenar, mesmo que incompletamente, ao modo como Foucault leu, sob o prisma que chamou “arqueológico”, a crescente natureza lógica e simbólica das palavras, ou seja, como leu a questão da similitude e o sistema dos signos, ao mostrar que o pensamento clássico introduziu no conhecimento a calculabilidade, a probabilidade, passando pela dissociação entre o signo e a semelhança cada vez maior. Como em Nuno da Costa, delinea-se a descrença primordial de que nossos

signos nos bancariam um elo legítimo no que são as coisas, realmente¹. Podemos ignorar que a palavra “neve”, por exemplo remeta realmente à neve branca que os olhos veem derreter?... “Podemos ignorar o que a neve seja – os olhos não reconhecem as sombras do branco – ou ter derretido a neve que afirmávamos cobrir o jardim” (COSTA, 2015, p. 119). O jardim não pertence à neve que o cobre, assim como a maçã não pertence à “tarte de maçã” de nossas avós... “Queres iluminar uma a uma as condições de verdade da tarte de maçã? (COSTA, 2015, p. 119), e esta verdade das coisas pertencidas ou feitas pelas palavras se dissolve, derrete-se, como a cobertura de uma torta quente ou como a cobertura gélida da neve no jardim, pois, dirá o poeta, que nossas avós “[...] pacientemente quando executavam/a receita pré-industrial de tarte de maçã fixaram-lhe o entendimento/ enquanto brincávamos no jardim que a neve acidentalmente cobriu/ pois que não lhe pertence a neve necessariamente/ como a maçã à tarte” (COSTA, 2015, p. 119). E, porque a linguagem não toca as coisas, apenas é uma cobertura que derrete e nos separa ainda mais das coisas, que ela as desfaz...² Cabe, então, ao poeta adivinhar o divino.

¹ Para ponderar as relações entre os signos e as coisas, Michel Foucault, em “As Palavras e as Coisas”, partiu bastante da leitura dos gramáticos de Port Royal, que, no século XVII, inseriram cartesianamente o racionalismo nos estudos filosóficos dos signos: “Quando a Lógica de Port-Royal dizia que um signo podia ser inerente àquilo que ele designa ou dele separado, mostrava que o signo, na idade clássica, não é mais encarregado de tornar o mundo próximo de si e inerente às suas próprias formas, mas, ao contrário, de estendê-lo, de justapô-lo segundo uma superfície indefinidamente aberta e de prosseguir a partir dele o desdobramento sem termo dos substitutos com os quais o pensamos. É desse modo que o oferecemos ao mesmo tempo à análise e à combinatória, que o tomamos, de ponta a ponta, ordenável. O signo no pensamento clássico não apaga as distâncias e não abole o tempo: ao contrário, permite desenrolá-los e percorrê-los passo a passo. Por ele, as coisas tomam-se distintas, conservam-se em sua identidade, desenlaçam-se e se ligam. A razão ocidental entra na idade do juízo.” (FOUCAULT, 1987, p. 74)

² Conforme explico em meu ensaio sobre nomes próprios, publicado na *Revista Contexto*, em Londrina, em 2013: “Nesta relação entre espaço e fala, entre a paisagem natural e a instituição dos nomes, vale ressaltar que os nomes próprios dos entes no mundo não são uma mera expressão ou um reflexo do pensamento, mas antes existem por ordem das condições determinadas de pensamento em cada espaço cultural próprio, que condiz a um espaço linguístico. Adam Schaff, um dos filósofos que enveredou nesse itinerário investigativo, cita o exemplo clássico dos Esquimós que veem trinta espécies de neve e as distinguem perfeitamente com seus nomes apropriados. Não há para eles um nome único que designe a neve de modo generalizado. Diferentes povos se servem de distintos nomes que designam aspectos topológicos que lhe são particulares à visão, e, deste modo, seriam as condições vitais de sobrevivência, de cada espaço natural, que produziriam a relação primária entre o visível e o dizível. [...] ‘Os Esquimós, por exemplo, empregam toda uma série de nomes para designarem os diferentes estados de neve; as populações das regiões desérticas - os diferentes matizes do castanho e do amarelo; os povos marítimos - as diferentes espécies de peixes; os habitantes das estepes - as diferentes espécies de plantas, etc.’ (SCHAFF, 1964, p. 241). Com estes exemplos, o autor procura confirmar a tese de que ‘a linguagem se forja na prática humana e social’, ou seja, valendo-se desta variabilidade do nome das coisas nos diferentes espaços sociais, chega-se à conclusão, que podemos chamar de etnográfica, de que os nomes são sistemas linguísticos, desenvolvidos histórica e culturalmente no contexto prático e relacional de interpretação, que definem e criam o nosso modo de ver o mundo tal qual se nos apresenta. Nosso olhar é, assim, criado pelo sistema de uma língua.” (GOMES, 2013, p. 5)

Versos são, assim, acontecimentos de discurso mais próximos das coisas, pois entenderiam melhor o seu desfazer, seu derretimento. Se nossa linguagem não canta as coisas, ela confere apenas um louco “cacarejo”, que, no fundo, canta a expectativa frustrada da eternidade, o medo da morte, o voo de fuga, uma bestialidade em expansão. Não à toa, seu poema “biografia”, dirá: “Canta a opereta do futuro mas é vaiado e foge como uma galinha que perdeu as asas/ de voar as coxas de correr os peitos de cacarejar – Voz sem ossos nem lembrança/ de quem fugiu por onde voou ou do que pretendia cacarejando” (COSTA, 2015, p. 105).

O signo, colocado como cobertura às coisas, as desfaz, as derrete, sendo uma cobertura falsa, à medida em que se postula que o saber poético reaproxima-se da antiga relação de *divinatio*, ou seja, que os signos estão pré-dispostos às coisas e caberia ao poeta desvendar os signos. Assim, Nuno da Costa reenvia-nos, talvez, a mais de uma ideia pré-clássica de signo, posto que desconfia do imperativo do conhecimento possível na ligação entre as palavras e as coisas. Isto é de toda ordem da arqueologia foucaultiana, porque Foucault, estudando o paradigma e a representação do signo em “As Palavras e as Coisas”, propôs que, a tomar a representação das ligações entre as palavras e as coisas desde a Idade Clássica, os signos teriam mudado completamente seu regime após o século XVII.

No século XVI, considerava-se que os signos tinham sido depositados sobre as coisas para que os homens pudessem desvendar seus segredos, sua natureza ou suas virtudes; mas essa descoberta nada mais era que o fim último dos signos, a justificação de sua presença; era sua utilização possível, a melhor, sem dúvida; mas não tinham necessidade de ser conhecidos para existirem: mesmo se permanecessem silenciosos e se jamais alguém os percebesse, nada perdiam de sua consistência. Não era o conhecimento, mas a linguagem mesma das coisas que os instaurava na sua função significante. A partir do século XVII, todo o domínio do signo se distribui entre o certo e o provável: isso quer dizer que não seria mais possível haver signo desconhecido, marca muda. Não que os homens estejam de posse de todos os signos possíveis. Mas, sim, que só há signo a partir do momento em que se acha conhecida a possibilidade de uma relação de substituição entre dois elementos já conhecidos. O signo não espera silenciosamente a vinda daquele que pode reconhecê-lo: ele só se constitui por um ato de conhecimento (FOUCAULT, 1987, p. 72).

Tento associar o gesto de leitura filosófico-poético de Nuno da Costa como um gesto arqueológico no mesmo sentido com o qual a professora de filosofia Senda Sferco, em recente ensaio sobre o tema da origem em Foucault, explica sobre o método arqueológico deste filósofo e o modo como direcionava certo efeito de verdade em meio às discontinuidades. Esta aposta metodológica de Foucault enquadrava-se com um desejo investigativo desde o presente ao passado (tomado como gesto, como

aceno ao fragmentário) onde “*el arjé permite esta movilidad: comanda cada vez una direccionalidad vincunlante cuya pertinencia sera puesta a prueba contingentemente por las relaciones que entraman su contexto.*” (SFERCO, 2019, p. 83). Há uma dinâmica, na arqueologia, ligada ao contexto situacional da própria leitura que opera, da própria investigação, onde o “*a priori*” histórico vem a ser colocado em causa (ou as condições de possibilidade do possível), ou seja, onde cada saber acaba tomado fragmentariamente. Lido como fragmento, o aceno interpretativo se põe qual um arqueólogo prediria delicadamente um resto arqueológico, um pedaço de osso ou pedra, sem um valor *per si*, contudo como um “*efecto de las relaciones variables que mantiene, situacionalmente, com las practicas que lo elaboran, sostienen y desplazan em su contexto*” (SFERCO, 2019, p. 83). E é assim que noto os versos de Nuno da Costa, no sentido de analisar como eles surgem tentando instalar inquietudes arqueológicas sobre o saber; como fazem junções fragmentarias que nunca configuram uma totalidade, mas sim uma dinamização cartográfica, trabalhando desde o presente, em função do presente, noções que escavam estratos, relações, saberes. As definições dadas nos seus versos trabalham muito mais derivas sobre o saber do que aberturas definidoras (filosóficas, interpretativas, a respeito da ciência e da consciência humanas).

Uma poesia ininterpretável, mas que revela, em tantas derivas, pistas inumeráveis de um querer dizer o já dito. Algo sempre redito em todos os poemas que se dá, sensivelmente, numa metalinguagem poética: acusar a impotência da linguagem, ou a impotência de uma história do saber anterior ao saber, ou uma história da linguagem anterior à linguagem. Ao rasgar uma página, rasga-se uma lauda numerada; mas uma onda do mar, o sol ou uma nuvem, estão todos enredados sem limites, num ciclo infinito, de inumeráveis aspectos. O inominável e o inumerável. O que não podemos dar unidade, o que não podemos limitar, aprisionar em palavras. Assim, anuncia o fim do contorno, o fim da libido que substituía a vida pelo tumulto dos sentidos. Somos reféns frios da linguagem, espécie de autismo criado pela numeração, pela nominação, pela vontade de alcançar o inalcançável. Falamos apenas de nós mesmos; a linguagem humana circula em si própria, o eu é apenas o “eu do falso” (COSTA, 2015, p. 75), construído à semelhança da linguagem. “Flores contra flores. Abelhas do autismo inalcançável da vontade enxameiam o lar dos nomes – Ninguém nos avisou que seria assim – que as estrelas seriam vácuo queimado substituído pelo que pensarmos corrido no vento onde não estivermos [...]

não falamos senão de nós” (COSTA, 2015, p. 75). A palavra “nós”, possivelmente aqui em duplo senso: Não falamos senão de “nós” próprios, não falamos senão dos “nós” que nos atam em nossa própria linguagem, esta que a tudo nomina e nos torna essas abelhas do autismo, já sem libido. Com o fim da libido, com a “cegueira da libido” (COSTA, 2015, p. 149), sobra e soçobra uma simples arquitetura solitária, arbitrária, de palavras, uma fala estranha que se escuta a si mesma, filosoficamente, uma espécie de movimento autônomo da poesia, pois “sem libido a poesia tornou-se o treino do pino verbal” (COSTA, 2015, p. 149). Numa busca isolada de tão-somente “paradoxos cósmicos” (COSTA, 2015, p. 150), um dos pontos periclitantes do poeta é sua tendência ao solilóquio filosófico poetizado. Aliás, um poema seu se intitula “solilóquio”.

solilóquio

Como gases da digestão a culpa é inevitável
A própria respiração magoa o oxigênio de alguém ou de
uma árvore que morre do nosso mau hálito – e podemos ampliar
o encadeado dos efeitos desde o nascimento a acotovelar na bicha
do autocarro para chegar à frente ainda que sem darmos pelo temo
a passar – Não é a paixão o que nos culpa – o amor tem reverses mas
poderia a barca escapar-se da tempestade? é a luz da vontade o que
nos cega – o que ofusca para apunhalar quem deveríamos estimar
Agora assistimos em como nos solilóquios nos perdemos à procura
de uma razão mais que de uma falsificação que nos salvasse – Até o
vegetariano não extrai a garoupa do mar nem mata a vaca que é
um artifício proteico – colhe da horta tomates e feijão e os campos
onde cresce o pão eram sem pensamento outrora o mero irromper
de nenhuma vontade – ainda assim tem gases e tem culpas
(COSTA, 2015, p. 63)

Diante da loucura inaudível com que o homem explora o mundo sem culpas, a culpa é uma forma coletiva e não individual. Somos nós a vida selvagem. O poeta mescla a atmosfera do mundo com a atmosfera das culpas. Assim, mesmo que nos tornemos vegetarianos, defendamos o Greenpeace, poluamos menos, mesmo que cada um faça a sua parte para estabilizar o clima, consumamos menos plásticos, ainda assim tem gases e tem culpas (inevitável, como os gases da digestão). Nossos solilóquios poéticos replicam o solilóquio das poluídas filas de automóveis, onde desdobram-se estes gases (internos e externos) e culpas (internas e externas). Ninguém escapa da realidade da culpa pelas paixões destrutivas com que o homem apunhala a natureza, destrói ecossistemas, o seu próprio “ser” que deveria preservar. Mas, talvez, não seja a paixão gananciosa o que nos culpa. Uma estranha ecofilosofia surge como inevitável da culpa. Uma filosofia da linguagem, também, que se dirige

contra a própria linguagem, a razão e o mundo. O perigo de um monólogo que, em tese, nada comunica por metaforizar pesadamente o pensamento, pela multiplicidade que implica.

E a poesia é solilóquio porque escreve-se sozinha, porque ouve-se sozinha, porque “os textos escrevem-se sozinhos - neles irrompemos - acrobacias do estilo carpindo os nomes para que o sexo paisagístico sobressaia” (COSTA, 2012, p. 84). Se há solilóquio, é porque o outro nos deixou o vazio para com quem falar, e sobramos “o passivo da ausência” (COSTA, 2012, p. 108), mas, tudo bem, “é bom conversar com o vazio/ do outro – São belas as fotografias que nos deixou/ Sorrindo partiu esvoaçante por uma porta de rosas breves” (COSTA, 2012, p. 108). A linguagem é precisamente o que nos faz sentirmo-nos sozinhos, e por sermos sozinhos ela existe. Se pudéssemos encarar todo solilóquio como um diálogo, seria porque, afinal, a presença do outro seria a minha própria e nada mais, ou seja, seria quando posso me ouvir enquanto um outro absoluto e acompanhado de si mesmo.

Mas, e os monólogos dos loucos, em Foucault, nada comunicariam? Depende, obviamente, do interesse que subsiste no pano de fundo de toda e de cada comunicação. Estamos dispostos a acatar o comunicado terrorista de que a poesia enlouquecida é a própria razão, a própria linguagem? Estamos dispostos a crer que, por exemplo, “As batalhas navais foram poemas colectivos de fome e desespero” (COSTA, 2015, p. 148) ou que “é difícil com a linguagem reconhecer os caminhos que nos atravessam” (COSTA, 2015, p. 17), ou que vivemos num mundo sem sentido onde “é preciso confiar numa coisa a que pertence a confiança” (COSTA, 2015, p. 32), ou ainda que: “Tomamos Buda ou um poeta e aceitamos a sua natureza contaminada pela carnificina.” (COSTA, 2015, p. 29). Estamos dispostos a acatar o comunicado de que a objetividade se encaixa no mundo separando os homens fortes dos fracos, os violentos dos mansos, os manipuladores dos tolerantes, mas que ambos os polos são como cegos tropeçando nos mesmos obstáculos, pois “alguém de fora veria cegos de olhos fechados e cegos de olhos queimados tropeçando no mesmo obstáculo a que chamaria vida mas reconheço tratar-se de uma simplificação moral” (COSTA, 2015, p. 61). Teremos, para acatar tudo isso, de entender que a linguagem não pode mais trazer nem utopias nem arco-íris, a linguagem com sua “utilidade de jaula sem borboletas” (COSTA, 2015, p. 17).

No mesmo gesto com que Foucault se aproxima de uma filosofia da linguagem ao promover uma arqueologia do discurso, Nuno Felix da Costa acena à filosofia

poética, incidindo numa ética analítica que tenta vislumbrar o pano de fundo da linguagem humana. Para “*O desfazer das coisas e as coisas já desfeitas*”, somos a medida de todas as coisas aparentes às quais nominamos como mundo real, realidade, mundo das coisas reais, sem esconderijos, porém este mundo objetivo aparece pela categorização impactante de nossa elocução sempre precária. Nossa linguagem que classifica, que recorta, que enquadra, que produz níveis de enunciados, que marca a medida das coisas e do mundo. A nomenclatura reduzida, acumuladora, empírica e artificializadora que é o gesto agressivo contra o mundo. Nesse sentido, também um gesto agressivo contra o seu oposto, aquilo que pode ser passível de ser classificado como enlouquecimento, como demência, ou linguagem desvalorizada (a poesia, no caso, uma linguagem descapitalizada e descapitalizante do sentido). A linguagem é, assim, gesto de escondê-lo ao mundo, impondo um além do real, um aquém do real. Na verdade, este mundo anterior, aquém do real, é o mundo interior e exterior, poético, dançarino, pacífico e verdadeiro. Vem a ser o mundo invisível, submerso, enterrado por uma camada de sentidos e significações precárias, propiciadas pela própria impotência do dizer humano, da enunciação classificatória, e sua arrogância denominadora.

Desfazer as coisas, desmedir as coisas

Criticar, então, este aparelhamento, este maquinismo julgador, posto que vivemos entre o filme das máquinas que voam e o filme das que rastejam, como diz o poeta, ou seja, produzindo as danosas fronteiras físicas, nada menos que um reflexo imediato de nossas fronteiras linguísticas que marcam a medida de todas as coisas.

a medida de todas as coisas

Não conseguimos localizar o mundo das coisas reais
se não categorizássemos pelo impacto a aparição das coisas
as forças invisíveis ao olhar e as forças invisíveis à mente
O filme das máquinas que voam e o filme das que rastejam
supõe uma artificialidade agressiva algures – esconderijos
que nos traem quando o real abre a boca cheia de evidências
O que os olhos veem são substâncias que esvoaçam triunfantes
e sobre nós pousam cifradas levíssimas – Há uma atracção
entre as aparências fugidias – e a música do conluio
dançando nas camadas do ser enquanto procuramos o ser
Chegamos a conclusões precárias já no interior da linguagem
Não mais as separamos da mente – que as coisas policromas
se abrem à luz tanto como à tempestade que as desfaz
enquanto nós somos a medidas das coisas aparentes
(COSTA, 2015, p. 13)

O louco não pode acordar a palavra que ouve, não pode a separar de sua mente. O louco vive na dimensão das coisas já desfeitas. Para evadir dessa obsessão pela medida, pela classificação que quer controlar a poesia preexistente da vida, surge a questão de explorar a arqueologia poética, ou seja, a poesia como vida subterrânea, rizoma alastrado num pomar de sensações onde os poemas são escritos. Ou, onde os poemas, quem sabe, “não escritos” já estão lá, poemas “mal escritos ou inimagináveis” (COSTA, 2015, p. 12), poemas “excepcionais que ainda não puderam ser escritos” (COSTA, 2015, p. 12), poemas de “portas fechadas” (COSTA, 2015, p. 12). Entender a poesia como algo já escrito à nossa espera, e à expectativa da própria composição futura, em aguardo do poeta, nas ruínas, significa ampliar o conceito de poesia para todo obscuro que jaz em potencial. Fazer poesia, nesse sentido, não é fazer, mas desfazer, é (ex)cavar, é como ceder a uma (re)escrita porque a poesia é situada como uma semente já dada, com destino próprio, pré-escrito, enterrada à espera da germinação... “sabemo-los enterrados no mundo porque respiramos e aparecem na primavera periódica da esperança” (COSTA, 2015, p. 12).

O poeta, neste caso, do poema “poemas de nenhum futuro”, é alocado como um jardineiro que investiga o transfundo, escavando também poemas que jamais brotarão, no pomar, inimagináveis e mal escritos. Serão, quiçá, escritos numa humanidade pós-humana, virtual, apenas poemas de exceção, incapazes de penetrar o cânone, ou seja, “excepcionais”. Na visão do poeta “desfazedor”, somos submarinos à deriva, errantes, iludidos que somos exemplos sólidos, esses “soldadinhos de chumbo”, como no poema “a forma das coisas” (COSTA, 2015, p. 91). Mas, como pode ser sólida esta essência se, frequentemente, agenciamos “crimes de bondade”, achando-nos bons cidadãos? Diante dessa pretensa concretude moral do humano, o poeta teria um papel destruidor enquanto fazedor poético e não construtor, um papel, assim, mais desconstrutor. Se o poeta “desfaz”, o fazer em desfazimento é sua missão, desfazer as razões mais nobres, desfazer as coisas, desfazer mesmo os elos primitivos, as respostas dos resposteiros, as imagens de chumbo, para promover o liquefazer, o evaporar, o desolidificar de critérios e verdades pela poesia, posto que “o poeta não é um bom cidadão mas o corruptor dos moldes da própria imaginação – Destrói a música das razões mais nobres” (COSTA, 2015, p. 91).

“Hipnotizados pelo suceder”, búzios e luzes, mistérios e aparências, “as ideias escapam do seu suceder” (COSTA, 2015, p. 25). O leitor reside no ainda por vir,

quando os poemas que são excepcionais deverão exigir leitores excepcionais e excepcionais, igualmente, pois “o suceder que projetamos nos outros escapa da álgebra democrática – afeitos ao excepcional [...] a mente ocupa-se do que não pode acontecer” (COSTA, 2015, p. 25). Como no poema “sobre a natureza do que ainda não é” (COSTA, 2015, p. 26), o poeta descreve que “a roda do destino” revela definições circulares. Todo fechamento na verdade, toda verdade fechada, é um subterfugio da própria vida. E a vida aqui-agora ainda não é. A natureza ainda não é. Por isso, a poesia tem a ver com a sensação infinita de surpresa amorosa, que se entrega, se desfaz, ao desconhecido, à natureza do que ainda não é, “uma teoria revelada e carcomida resolve-se na espuma [...] / definições circulares na energia dos passos – ‘Roda do destino’ designa um rumo que se desenrola [...]” (COSTA, 2015, p. 26). O poeta insiste que estamos sempre aquém do sólido. Aquém do ser. Nossa razão é um mero misticismo do não-acontecimento. Talvez se refira ao acontecimento da consciência, para o qual até a poesia possa parecer inútil. Embora se aproximasse deste acontecimento a poesia e a loucura. “Não há modo de ir além – ninguém se preparou para a claridade que nos perpassa – milénios de utopias num mosteiro sem montanha em derrocada fundem-se” (COSTA, 2015, p. 30).

Para esta poesia que reconhece a presença da loucura em si, mas pontua a loucura como também interior à própria razão, o homem dorme, entorpecido por um sonho de concretude desde suas primeiras relações humanas. Relações tanto antropológicas, dos homens arcaicos, primitivos, nossos ancestrais aos quais muitos poemas aludem, quanto também relações primárias da família, dos homens com suas mães, que nos tornaram frágeis, na condição de recém-nascidos desesperados. Como se elas nos adstrassem para o ego, para o eu, afinal, “ébrios de arranha-céus e hipóteses/ no éter do acontecer somos místicos do não-acontecimento – as mães / inocularam-nos as células do entorpecimento – sujeitos do trivial / Roncamos a epopeia do actual pois é teu aniversário – parabéns/ Representas o drama da humanidade [...]” (COSTA, 2015, p. 30).

Nesse sentido confuso – onde somos homens fracos achando-nos os mais fortes e concretos seres do mundo – é que, como que tomado sob um apocalipse de palavras, o leitor de Nuno Félix da Costa passa a ser um leitor por vir, a ser desenrolado, descoberto, escavado. Por mais que possamos sentir o presságio da poesia, a sua profecia, seu cheiro, sua presença, ela é enterrada, submersa, numa existência em potencial. Poesia em pistas múltiplas do achado. Sempre aquém do

mundo, como o discurso do louco, ouvindo palavras sem nenhum futuro que se fazem prontas em sua cabeça e transcrevendo-as num discurso onde a luz se perde. Logo, sua poesia tem como expectativa uma rejeição como discurso sobre si.

Volto a Foucault. Se a lição foucaultiana foi a que o discurso sobre a loucura é, de modo geral, o discurso da rejeição ao louco, poderíamos tentar entender o discurso sobre a poesia como uma forma de rejeição do poeta? Explicando melhor: se o discurso sobre a loucura não fala do discurso do louco, mas de uma multiplicidade que o institui, será que a poesia de Nuno Félix da Costa apontaria para a mesma crítica no campo poético? Impossível responder certamente. Impossível mesmo perguntar certamente.

Daí sem dúvida, na cultura ocidental moderna, o face-a-face da poesia e da loucura. Mas já não se trata do velho tema platônico do delírio inspirado. Trata-se da marca de uma nova experiência da linguagem e das coisas. Às margens de um saber que separa os seres, os signos e as similitudes, e como que para limitar seu poder, o louco garante a função do homossemantismo: reúne todos os signos e os preenche com uma semelhança que não cessa de proliferar. O poeta garante a função inversa; sustenta o papel alegórico; sob a linguagem dos signos e sob o jogo de suas distinções bem determinadas, põe-se à escuta de “outra linguagem”, aquela, sem palavras nem discursos, da semelhança. O poeta faz chegar a similitude até os signos que a dizem, o louco carrega todos os signos com uma semelhança que acaba por apagá-los. Assim, na orla exterior da nossa cultura e na proximidade maior de suas divisões essenciais, estão ambos nessa situação de “limite” — postura marginal e silhueta profundamente arcaica — onde suas palavras encontram incessantemente seu poder de estranheza e o recurso de sua contestação. Entre eles abriu-se o espaço de um saber onde, por uma ruptura essencial no mundo ocidental, a questão não será mais a das similitudes, mas a das identidades e das diferenças. (FOUCAULT, 1987, p. 62).

Nessa nova desidentidade do escritor, em Nuno Félix da Costa, não se trata do poeta tornar-se realmente um louco, perdido no homossemantismo absoluto que indefine não apenas as palavras das coisas, mas as coisas das coisas e as palavras das palavras, reunindo todos os signos possíveis; quem sabe, se trata de se aproximar desta potência proliferante própria do enlouquecimento, criando uma alegoria que joga enquanto ruína daquilo mesmo que separa a poesia do mundo, e, claro, de uma classificação. Esta alegoria que radicaliza uma intransitividade é própria de uma contestação literária dada como “coisa já desfeita” desde os pilares da modernidade.³

³ “A literatura é a contestação da filologia (de que é, no entanto, a figura gêmea): ela reconduz a linguagem da gramática ao desnudado poder de falar, e lá encontra o ser selvagem e imperioso das palavras. Da revolta romântica contra um discurso imobilizado na sua cerimônia até a descoberta, por Mallarmé, da palavra em seu poder impotente, vê-se bem qual foi, no século XIX, a função da literatura em relação ao modo de ser moderno da linguagem. Com base nesse jogo essencial, o restante é efeito: a literatura se distingue cada vez mais no discurso de ideias e se encerra numa intransitividade radical;

Logo, o poeta desembarca neste “outro país” da loucura, com um passaporte que o garante ali, como um estrangeiro não forasteiro no território da loucura, que o possibilita até mesmo escrever uma poesia legitimamente filosófica. Não se trata de fazer exatamente surrealismo, dadaísmo, laharsismo, ou alguma estética categorizada como vanguarda rebelde e adjunta da loucura, mas de expor qualquer coisa que, possivelmente, foge de grades de especificação, ao mesmo tempo que mantém um dado estilo maníaco (inclusive, retornando aos temas e palavras de sempre: cataclismo; limites; cérebro; deuses; mães; jardineiro; ancestrais; fala; memória; eco; regresso; tempo; brinquedo; fotografia; pensamento; normalização; eternidade; irracionalidade; vazio; revelação; vácuo; pátria; adubo; galinhas; luz; alma; consciência; respiração; digestão; autenticidade; cidade; filmes; voar; olhar; princípio; astros; música; interrupção; biologia; epopeias; natal; linguagem; nomenclatura; oceano; coisas...).

Por exemplo, é possível notar similitudes repetitivas de estilo entre os poemas, uma vez que seus versos oscilam iniciais em maiúsculas ou minúsculas, sendo a maioria minúsculas; todos possuem uma proximidade padronizada a 14 versos, em média, sem se tornar uma regra, e são versos longos encadeados sem usos de rimas, de pontos ou de vírgulas. Apenas usa-se travessões. Não significa que os travessões (-) mudem o sentido, “des-positivem” o sentido por assim dizer, entendendo-os também, por que não, como um sinal de menos (-), de cada micro-frase, independentemente de serem versos ou não. Isto porque as frases parecem que já são imaginadas como multiplicidades, num efeito de expansão rizomática pelo uso do que, aparentemente, Deleuze chamaria de agenciamentos.

As ideias frasais se concatenam e se retomam como que involuntariamente, impulsionadas por uma deriva do temático unitário que as faz mover, que toma e

destaca-se de todos os valores que podiam, na idade clássica, fazê-la circular (o gosto, o prazer, o natural, o verdadeiro) e faz nascer, no seu próprio espaço, tudo o que pode assegurar-lhe a denegação lúdica (o escandaloso, o feio, o impossível); rompe com toda definição de “gêneros” como formas ajustadas a uma ordem de representações e torna-se pura e simples manifestação de uma linguagem que só tem por lei afirmar — contra todos os outros discursos — sua existência abrupta; nessas condições, não lhe resta senão recurvar-se num perpétuo retorno sobre si, como se seu discurso não pudesse ter por conteúdo senão dizer sua própria forma: endereça-se a si como subjetividade escriturante, ou busca capturar, no movimento que a faz nascer, a essência de toda literatura; e assim todos os seus fios convergem para a mais fina ponta — singular, instantânea, e contudo absolutamente universal —, para o simples ato de escrever. No momento em que a linguagem, como palavra disseminada, se torna objeto de conhecimento, eis que reaparece sob uma modalidade estritamente oposta: silenciosa, cautelosa deposição da palavra sobre a brancura de um papel, onde ela não pode ter nem sonoridade, nem interlocutor, onde nada mais tem a dizer senão a si própria, nada mais a fazer senão cintilar no esplendor do seu ser” (FOUCAULT, 1987, p. 306).

retoma cada poema, como um objeto totalizado que (sem ser definido) é descrito, distinguido como coisa própria, por cada poesia. Uma coisa que é desfeita. Um passo que é retorno. Uma enunciação que é múltipla. Como se, amarrado (ou desamarrando-se) a uma camisa de força que é a linguagem, o eu-poético se debatesse, perturbado, numa agitação motora alucinada em busca de uma voz de liberdade. Liberdade da medida de todas as coisas, que alcance o desfazer das coisas e não o seu constructo.

O que é a loucura senão um país diferente

As condições de um aparecimento histórico da reflexão sobre a loucura são, em verdade, foucaultinamente, as de um aparecimento de objetos discursivos circulantes sobre o que procurou delimitar a loucura à sombra da razão. Vamos tentar explorar um pouco mais esta relação entre poesia e loucura. Não se trata de delimitar o que é a loucura, o que é a razão, o tesouro dessas verdades enigmatizadas por trás de discursos falhos, ou de usar a poesia como a verdade salvática para questionar por que as perturbações ditas como de demência devem se separar das perturbações ditas como de poesia.⁴ Se os antigos feiticeiros e curandeiros curavam ou compreendiam a loucura do mundo porque eram, possivelmente, uma modalidade de poetas, disto não se trata. Ou seja, o que está em pauta não é uma crítica ao discurso médico ou psiquiátrico sobre a loucura. Esta forma de poesia não passa apenas em questionar a racionalidade do poético, tentando reimaginar o que poderia ser a loucura enquanto algo estreitamente em liame com o discurso do poeta, e que os poetas estariam simplesmente fora do mundo, fora da razão, como todas as formas dos ditos “loucos”, e chamar a isto de uma resistência rebelde que brinca com palavras... Foucault, por exemplo, deixou claro que não queria neutralizar o discurso sobre a consistência da loucura, atravessando-lhe “para encontrar o que permanece silenciosamente aquém dele, e sim, pelo contrário, mantê-lo em sua consistência,

⁴ Aponta Foucault: “não se procura saber quem era louco em tal época, em que consistia sua loucura, nem se suas perturbações eram idênticas às que nos são, hoje, familiares. Não se questiona se os feiticeiros eram loucos ignorados e perseguidos ou se, em um outro momento, uma experiência mística ou estética não foi indevidamente medicalizada. Não se procura reconstituir o que podia ser a própria loucura, tal como se apresentaria inicialmente em alguma experiência primitiva, fundamental, surda, apenas articulada, e tal como teria sido organizada em seguida (traduzida, deformada, deturpada, reprimida talvez) pelos discursos e pelo jogo oblíquo, frequentemente retorcido, de suas operações. Sem dúvida, semelhante história do referente é possível; não se exclui, de imediato, o esforço para desenterrar e libertar do texto essas experiências pré-discursivas.” (FOUCAULT, 1997, p. 58).

fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria. Em uma palavra, quer-se, na verdade, renunciar às ‘coisas’, ‘despresentificá-las’; conjurar sua rica, relevante e imediata plenitude” (FOUCAULT, 1997, p. 58). Foucault tentou identificar, de tal modo, as relações caracterizadoras de práticas discursivas, ao descrever a formação dos objetos dos discursos, e, portanto, é assim que:

não se questiona o sentido dado, em sua época, às palavras "melancolia" ou "loucura sem delírio", nem a oposição de conteúdo entre "psicose" e "neurose". Não que tais análises sejam consideradas ilegítimas ou impossíveis, mas não são pertinentes quando se trata de saber, por exemplo, como a criminalidade pôde tornar-se objeto de parecer médico, ou como o desvio sexual pôde delinear-se como um objeto possível do discurso psiquiátrico (FOUCAULT, 1997, p. 54).

Por sua vez, Nuno da Costa responsabiliza, de modo muito mais generalizado do que Foucault, a linguagem em si mesma pelos excessos criminosos da história, tanto que sua visão niilista desperta um lado melancólico, o qual se nota, por exemplo, no poema “até onde podemos levar o conceito de diferente?”. Ali, ele procura notar a poesia como uma espécie de loucura sem delírio, ou, a poesia como salvação extinta e, por outro lado, contraposto, o relato, a descrição, o pensamento, o discurso, como um verdadeiro crime contra a natureza. Loucura é um país diferente, dirá ele.

O que é a loucura senão um país diferente
Porque nos assustam as sílabas fora do lugar
e o escuro profundo que se enreda no tempo?
A repetição do gesto numa cabeça que não pertence –
infância irrompendo – animais amedrontados latindo
em coro nós os gatos com excesso de colo fartos de
rimas das canções românticas e das dominicais visitas
ao zoo – A anomalia range na memória da natureza
Já não conseguimos definir – malmequeres rouxinóis
os tigres da Sibéria ameaçados pelos criminosos da
história – O que é a loucura senão tentar pensar tudo
de novo? As moléculas das ideias a língua fora da boca
avisando “Mesmo que descubras uma solução nunca
encontrarás as palavras – mordem-te o crânio”
(COSTA, 2015, p. 65)

A arqueologia poética de Nuno da Costa escava um país onde se fala outra língua, tal como os poetas talvez criem a sua própria. Tal como os homens falam uma língua transcendente à linguagem da imanência natural. Loucura parece ser, assim, o ato de tentar pensar tudo de novo, reelaborar uma elocução. Enlouquecer é enfrentar a dicção repetitória e condenada do pensamento enumerador, classificador, mesmo com as limitações inatas no processo de se pensar pela linguagem, pela lei da representação, mascarando uma máscara, refletindo um reflexo, pois como diz em

“teatro aberto”, a poesia é silêncio que foge do silêncio, linguagem que foge da linguagem, força renegante da força. Dizendo dos tigres da Sibéria ameaçados pelos criminosos da história, constata, o eu-poético, que o medo é claridade. Alude quiçá aos poetas extintos, como animais selvagens que falassem ainda uma língua natural, animal, inapreensível, contrapondo essa língua extinta dos poetas à dos historiadores, dos epistemólogos, os que relatam vivamente, claramente, o mundo. Ou seja, pinta uma crítica ao racionalismo histórico ao jeito oriental, como adveio Foucault. O relato do saber (sempre acatado, recatado, querendo abafar o medo primordial com sua luz categorizadora, mas ambivalentemente o excitando) tem o jeito de um crime de objetificação no poeta português em questão, a ilusão de uma identidade, de que pertencemos ao mesmo país, ao mesmo território pacífico; pois, do discurso, parece despontar a obrigação de nos normalizarmos para falar, e ao nos normalizarmos, espantaríamos, em tese, a loucura para fora do nosso território comum e (de)limitado. Essa estranha loucura perigosa que depõe o materialismo linguístico, que sempre pareceu um dom prático aos exercícios dos místicos orientais que influenciaram a poesia lusitana moderna; loucura que sempre visa chegar à “voz do silêncio”, como diria a teóloga mística Helena Blavatsky. [Lembremos seu livro, “*The Voice of the Silence*” (BLAVATSKY, 1889), aliás que, sabidamente, foi uma fonte traduzida por Fernando Pessoa.] Tal se torna nossa sobrenatureza, nossa nova imanência, ou transcendência imanente, voz silenciosa. Como quem sabe diria Deleuze, nossas instituições se tornam ao mesmo tempo que apagam, pretensamente, nossos instintos. Isso tudo quando a palavra é apenas uma mera prótese, pois que “não há normalidade sem uma prótese – a minha é o vento” (COSTA, 2015, p. 64).

Quanto à Foucault, um pouco mais adiante, continua:

De uma análise como a que empreendo, as palavras estão tão deliberadamente ausentes quanto as próprias coisas; não há nem descrição de um vocabulário nem recursos à plenitude viva da experiência. Não se volta ao aquém do discurso - lá onde nada ainda foi dito e onde as coisas apenas despontam sob uma luminosidade cinzenta; não se vai além para reencontrar as formas que ele dispôs e deixou atrás de si; fica-se, tenta-se ficar no nível do próprio discurso. Já que é preciso, às vezes, acentuar ausências, embora as mais evidentes, direi que, em todas essas pesquisas em que avancei ainda tão pouco, gostaria de mostrar que os "discursos", tais como podemos ouvi-los, tais como podemos lê-los sob a forma de texto, não são, como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras: trama obscura das coisas, cadeia manifesta, visível e colorida das palavras (FOUCAULT, 1997, p. 54).

Quando Nuno da Costa afirma que “é preciso confiar no pensamento para dar nome às estrelas” (COSTA, 2015, p. 32), ou em outro momento afirma que é preciso confiar numa coisa que pertença à confiança, está revelando o modo tautológico pelo qual acreditamos apenas em coisas já acreditáveis, seguras, confiadas no pensamento. A poesia deve delatar este medo terrível do silêncio, tornando-nos corajosos para desconfiar do pensamento e das palavras. Exageradamente, nos fixamos na zona de conforto do sistema discursivo (intrincado em verdades e espessuras normativas) que já deu nome às estrelas antes de nossa existência. Agrupamos as famílias, e os horóscopos agem como se parassem a expansão do universo. Esta contradição aceitamos porque tão-somente confiamos no confiável, aprendemos um olhar oblíquo para as experiências místicas da linguagem, buscamos a inconsciência pelo pensamento medroso que funda verdades no ciclo repetitório, como já criticava Nietzsche também. Achamos que nos encontramos em nossas consciências, já somos luminosos, e nosso papel arrogante seria atribuir luz aos astros perdidos. Confiamos nos fantasmas de nossas convicções, nas nossas nomenclaturas, e, para tal, e em resultado a tal, transmutamos a vida em “subvida”, o mundo em “submundo”, o ser em “subser”. Como se estivéssemos dormindo confiáveis em uma rede disfuncional, na claridade excessiva, sonhando que já nos transformamos em espécies de sóis. Tranquilos da concretude do que foi trilhado até aqui, como um anacoreta teimoso iluminando o caminho da consciência.

Poderíamos afirmar que Félix da Costa, como Foucault, apreende a força secreta da razão como sendo o enlouquecimento, a linguagem enlouquecida. De modo similar, a loucura é, conforme a *História da Loucura*, a força viva da razão dos grandes espíritos da história e da literatura, de modo que Foucault listava incontáveis exemplos em que a razão teve de se arriscar pela loucura a fim de chegar à consumação de sua obra. Foucault cita a Erasmo: “Aproximem-se um pouco, filhas de Júpiter! Vou demonstrar que o único acesso a essa sabedoria perfeita, a que chamamos a cidadela da felicidade, é através da loucura” (FOUCAULT, 1978, p. 39). Propõe ainda que “a verdadeira razão não está isenta de todo compromisso com a loucura” (FOUCAULT, 1978, p. 39). Como, afinal, entender uma sabedoria e uma poesia no caminho da loucura? Foucault, na esteira de Charron, atesta que a loucura aos poucos se viu desarmada e como que colhida e plantada na razão. De modo que a razão assumiu a loucura com todo o seu espetáculo inútil, suas cores, suas vibrações; assim, seria preciso ouvir os seus ruídos, o seu barulho como se ouve a

verdade. “É preciso ouvir esse barulho tão seriamente quanto se ouve a verdade” (FOUCAULT, 1978, p. 40). Este prisma colorido e cheio de ruídos consta na poesia de Nuno da Costa. Momento em que a loucura fala, denunciando o seu outro lado, o lado B de um mesmo disco riscado, o lado outro de uma mesma moeda, o lado arrebatado de uma enlouquecida obstinação maníaca pela ordem.

Se a loucura vem sancionar o esforço da razão, é porque ela já fazia parte desse esforço: a vivacidade das imagens, a violência da paixão, este grande recolhimento do espírito para dentro de si mesmo, que são todos traços da loucura e os instrumentos mais perigosos, porque os mais aguçados, da razão. Não há razão forte que não tenha de arriscar-se à loucura a fim de chegar ao término de sua obra, não existe um grande espírito sem uma ponta de loucura... É neste sentido que os sábios e os mais bravos poetas aprovaram a experiência da loucura e o sair, às vezes, dos trilhos normais. (FOUCAULT, 1978, p. 41)

Em 1961, Michel Foucault defendia sua tese sobre a história da loucura na idade clássica. Para ele, sob o cartesianismo do séc. XVII, a loucura começou a ser compreendida como erro da razão. Em um primeiro momento, até o séc. XVIII, o surgimento dos hospitais gerais englobou todo tipo de marginalidade e modalidades de infâmias junto à loucura, de modo que a psiquiatria apenas mais tarde dará uma heterogeneidade classificatória, abrindo e instaurando práticas de poder sobre a loucura.⁵

Acredito que Nuno Felix da Costa nos incentiva a uma interpretação poética daquilo mesmo que Foucault tentou, em outros tempos, propor sobre a loucura, de modo que estes versos ressoam altamente foucaultianos: “O que é a loucura senão um país diferente / Porque nos assustam as sílabas fora do lugar / e o escuro profundo que se enreda no tempo?”

⁵ Como explana Maria Regina Prata: “A constituição desse campo homogêneo de exclusão permitiu segregar nos Hospitais Gerais-instituições que surgiram no século XVII e perduraram até o século XVIII - além dos loucos, toda marginalidade, como os criminosos, os infames, os mendigos, os pobres. Foi somente ao final do século XVIII que a psiquiatria buscou dar uma heterogeneidade ao campo da exclusão, dividindo-o em classes. /A partir do final do século XVIII e no início do século XIX, o hospício começou a funcionar como o lugar privilegiado de afrontamento da loucura. Funcionou como o lugar da descoberta da verdade da doença mental, onde tudo que pudesse mascarar-la seria afastado (FOUCAULT, 1997, p. 48). Nessa medida, o hospital psiquiátrico teve como função o diagnóstico e a classificação da loucura, se configurando como um lugar de luta, de vitória dos médicos e de submissão da vontade dos loucos (FOUCAULT, 1997, p. 49). A criação do saber psiquiátrico foi aliada, assim, às práticas de poder sobre a loucura: se o louco era um ser desrazoado, cabia ao médico a missão de consertá-lo. Para isso, foram utilizadas técnicas de tratamento moral, tais como as punições com duchas, o isolamento, o trabalho obrigatório, os sermões, etc. Mais que um erro, a questão era demonstrar que a loucura era uma perturbação na forma de agir e o trabalho de cura deveria forçar o louco à renúncia da vontade perturbada em função da vontade reta do médico”. (PRATA, 2018, s/p)

Nada mais podemos pensar

A poesia não é, portanto, uma cura ou uma resposta mais fiável, ao problema da razão iluminada. Poesia deve ser inoperância. Ela deve tocar o paradoxo, levar o pensamento à inoperância radical da comunidade, ao limite da inoperância do campo poético, mesmo que o poeta, em sua excursão limiar, torne-se algo mais próximo do louco do que dos poetas (estes, enquanto uma indigna associação imaginária, um simbolismo do “se ser poeta”). Volto, então, à minha própria questão recentemente não respondida e mal perguntada: “Se a lição foucaultiana foi a que o discurso sobre a loucura é o discurso da rejeição ao louco, poderíamos tentar entender o discurso sobre a poesia como uma forma de rejeição do poeta?”⁶ ou “será que a poesia de Nuno Félix da Costa apontaria para a mesma crítica no campo poético?”.

Assim como a poesia deste autor, paradoxalmente, não dá respostas mesmo quando responde, contrapomos que é impossível falar cabalmente da sua poesia, dar uma resposta a ela, quando a poesia é enlouquecimento das respostas, o desfazimento das coisas, qual seja, uma certeza que, como diz o autor, no poema “limites do pensamento”: “nada mais podemos pensar” (COSTA, 2015, p. 159). Posso afirmar apenas que a poesia de Nuno Félix da Costa circunscreve esta potência fugidia da classificação que Foucault leu no âmbito da categorização inaugural da demência, estando neste mesmo horizonte de multiplicidades que aproxima da dificuldade de individualizar uma crítica sobre a loucura. Próximo do delírio, da hipnose, da alucinação, da potência mística entre as palavras e as coisas, Nuno da Costa explora também a emergência de um déficit racional no discurso poético.

Referências

BLAVATSKY, Helena Petrovna. *A Voz do Silêncio*. São Paulo: Cultrix, 2010.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Paris, Minuit, 1986.

COSTA, Nuno Félix da. *O desfazer das coisas e as coisas já desfeitas*. Lisboa: Companhia das Ilhas, 2015.

COSTA, Nuno Félix da. *Agora nos*. Lisboa: Cortex Frontal, 2012.

⁶ Para escrever dignamente sobre uma poesia que combate todo “dizer cerebral” é preciso uma crítica, uma apreciação, um desdobrar em troca, que, em alguma medida, possa ser arqueologicamente imaginativa e percorrer as paisagens do delírio, como a própria poesia de que se fala, de Nuno Félix da Costa.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 5. ed. Rio de Janeiro, Forense, 1997.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*, São Paulo, Martins Fontes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Época Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da Clínica*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOMES, Daniel de Oliveira. A questão mítica do nome próprio. *Entretextos*, Londrina, v. 13, n. 1, p. 137-152, jan./jun. 2013.

GOMES, Daniel de Oliveira. Sobre a consideração foucaultiana de nome próprio. *Uniletras*, v. 34, p. 11-24, 2012.

GOMES, Daniel de Oliveira. O desejo do próprio sobre todas as coisas. *Revista de Divulgação Cultural*, Florianópolis, v. 1, n. 86, p. 31-40, 2005.

GOMES, Daniel de Oliveira. *Dissonâncias de Foucault*. 1. ed. v. 1. São Paulo: LUMME, 2012.

PELBART, Peter Pál. Literatura e Loucura. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alredo (Org.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PRATA, Maria Regina. Foucault com Freud: notas para uma leitura positiva do desejo na psicanálise. In: SOUZA, Pedro de; GOMES, Daniel de Oliveira. *Foucault com outros nomes: Lugares de Subjetivação*. 2. ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2018.

SFERCO, Senda. Ensayo acerca del origen. In: LOPEZ, Cristina; RAFFIN, Marcelo; COLOMBO, Augustin (Orgs.). *Pensar com Foucault hoy*. Relecturas de Las palabras y las cosas y La voluntad de saber. San Martin: UNSAN Edita, 2019.

SOUZA, Pedro de; GOMES, Daniel de Oliveira. *Foucault com outros nomes: lugares de Subjetivação*. 2. ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2018.

Recebido em: 28/05/2020

Aprovado em: 28/07/2020